



AGENDA LEGISLATIVA

8 A 12 DE JULHO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (08/07)

GTRETRIB - GRUPO DE TRABALHO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PLP 68 DE 2024
/ Anexo II, Ala A, Sala 172A, Superior, 10h20

Reunião de Trabalho - Tema: Reunião de trabalho restrita aos Membros do GT.

GTCGIBS - GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A TRATAR DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR RELATIVO AO COMITÊ GESTOR E À DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DO IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS) / Anexo II, Plenário 02, 18h00

Reunião Técnica - Tema: Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho

Terça-feira (09/07)

CDHMIR – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / A Definir, 10h00

Audiência Pública – Tema: Novos rumos para as agências reguladoras

Convidados:

- Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Presidente do Comitê das Agências Reguladoras Federais (COARF) e Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde (ANS);
- Elson José da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (UNAREG);
- Thiago Cardoso Henrique Botelho, Diretor Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB);
- Representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (FONACATE);
- Fábio Gonçalves Rosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências);
- Alison Souza, Instituto Servir Brasil;
- Deputada Alice Mazzuco Portugal, Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Serviços Públicos;
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);
- Lindôra Maria Araújo, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 1ª Câmara da Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (MPU); e
- Renato Cantoni, do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU, CNMP, e ESMPU (SindMPU).

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h00

PL 2485/2023 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para dispor sobre a subcapitalização de pessoas jurídicas. Item nº 3.

Autor: da Vitória (PP/ES)

Relator: Ivoneide Caetano (PT/BA)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresa e empresas de pequeno porte e dá outras providências. Item nº 21.

Autor: Alexis Fonteyne (NOVO/SP)

Relator: Lucas Redecker (PSDB/RS)

Parecer: Pela aprovação, com emendas.

PL 1225/2023 - Excepciona situações em que a exposição de imagens e a divulgação de nomes de investigados, acusados ou réus não configura ato ilícito Item nº 52.

Explicação: estabelece que não configura infração administrativa, civil ou penais as condutas ministeriais ou conduzidas pela autoridade policial a divulgação de ações, procedimentos e atos relativos à funções institucionais, assim como de gravações de áudios ou quaisquer direitos protegidos por cláusulas judiciais, com difusão autorizada.

Autor: Delegado Fabio Costa (PP/AL)

Relator: Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)

Parecer: Pela aprovação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 15h00

PL 3946/2012 - Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 para permitir aquisição de produto ou processo inovador gerados por meio de políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica. Item nº 9.

Autor: Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Relator: Alice Portugal (PCDOB/BA)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8252/2014, apensado.

PL 2857/2022 - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - para incluir a obrigatoriedade da divulgação das hospitalidades oferecidas por agentes privados para a participação de agentes públicos em cursos, seminários, congressos e eventos. Item nº 14.

Explicação Geral: obriga a divulgação, pelos órgãos e entidades públicos, de valores e detalhamento das hospitalidades (despesas relacionadas ao transporte, à alimentação e à hospedagem) custeadas por agentes privados para autoridades públicas.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Coronel Meira (PL/PE)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2987/2023 - Altera a Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, para garantir a imutabilidade, auditabilidade e segurança das informações. Item nº 16.

Autor: Caio Vianna (PSD/RJ)

Relator: Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer: Pela aprovação.

CPD - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA / Anexo II, Plenário 13, 15h00

PL 70/2024 - Altera a redação do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para facultar o preenchimento de vagas por pessoa idosa na impossibilidade comprovada de preenchimento por pessoa com deficiência. Item nº 11.

Autor: Magda Mofatto (PRD/GO)

Relator: Duarte Jr. (PSB/MA)

Parecer: Pela rejeição.

Quarta-feira (10/07)

CCTI – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 09h

Audiência Pública – Tema: Tecnologia e regulação de sistemas de Inteligência Artificial

Convidados:

- Fabiano Hartman Peixoto, Professor da Universidade de Brasília (UnB), membro do Laboratório de Direito e Inteligência Artificial

- Filipe José Medon Affonso, Membro da comissão de proteção de Dados e Privacidade da OAB-RJ, Coordenador de Proteção de Dados e Inteligência Artificial;
- Leandro Alvarenga Miranda, Membro da Comissão Permanente de Estudos de Tecnologia e Informação do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP);
- Henrique De Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Alexandre Freire, Conselheiro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Lucas Borges, Gerente de Projetos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSJP);
- Juliano Maranhão, Professor da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador associado do Centro de Inteligência Artificial da USP;
- Alexandre Dantas Rodrigues, Presidente substituto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Vagner Luis Latsch, Coordenador-Geral de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); e
- Representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

CTRAB - COMISSÃO DE TRABALHO / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Item nº 10.

Autor: Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

Relator: Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

REQ 61/2024 - Requer aditamento ao Requerimento 42/2024 - CFT, para a inclusão de convidado na reunião de audiência pública Item nº 5.

Convidado:

- Representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

Autor: Luiz Gastão (PSD/CE)

PL 3339/2021 - Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências. Item nº 26.

Explicação: A pedido da CNM, prorroga prazos relativos à critérios que orientam a aplicação dos recursos do FUNDEB.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

Parecer: Pela aprovação deste e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação (CE).

PL 2408/2023 - Altera a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para incluir no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) informações que permitam a identificação da origem dos recursos utilizados nas contratações. Item nº 34.

Autor: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Parecer: Pela aprovação.

PL 2225/2023 - Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 para estender a adesão ao Sistema de Registro de Preços a órgãos da Administração Direta e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Item nº 45.

Autor: Dr. Daniel Soranz (PSD/RJ)

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 1507/2023 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para prever a publicidade de produtos e serviços ilícitos em "sites" hospedados em servidores localizados fora do Brasil como crime contra o consumidor. Item nº 10.

Explicação: Altera a lei de proteção do consumidor para estabelecer pena de detenção àqueles que promovam ou permitam publicidade de produtos ilegais nacionalmente em sites hospedados em servidores estrangeiros, ou licenciados em países que os permitam.

Autor: Mauricio Neves (PP/SP)

Relator: Aureo Ribeiro (SD/RJ)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 2622/2022 - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis. Item nº 24.

Explicação: projeto estabelece que os aplicativos utilizados para acesso a consulta ou movimentação bancária deverão obrigatoriamente pedir a senha ou identificação biométrica do dispositivo móvel antes de carregar a tela inicial. Além disso, deverão: i) avisar e solicitar a concordância expressa do usuário se o dispositivo estiver conectado numa rede wi-fi pública ou de baixa segurança; ii) proporcionar opção para que o usuário possa bloquear temporariamente o acesso do aplicativo através de outro dispositivo móvel. Outra obrigação prevista é a da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) de manter número único para acesso a central telefônica, na qual o usuário que tiver seu aparelho furtado poderá efetuar o bloqueio temporário de todos os aplicativos de todos os bancos conveniados. Por fim, fica de responsabilidade exclusiva da instituição bancária a restituição de movimentações fraudadas, efetuadas por terceiros, que aproveitem alguma falha de segurança comprovada.

Autor: Domingos Neto (PSD/CE)

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Parecer: Pela aprovação deste e do PL 3055/2023, apensado, com substitutivo.

OUTROS EVENTOS / Auditório Freitas Nobre, 14h00

Evento Técnico - Tema: Encontro Técnico da Frente Parlamentar Mista da Inovação e Tecnologia em Saúde

CDE – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 5, 16h

Audiência Pública – Tema: Plano "Nova Indústria".

Convidados:

- Representante do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
- Representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);
- Rafael Lucchesi, Diretor de Desenvolvimento Industrial Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI);
- Artur Buenos de Camargo Presidente Interino Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA);
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Aéreo (CONTTMAF);
- Representante da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FITMETAL);
- Representante da Nova Central Sindical (NCST);
- João Carlos Gonçalves, Secretário Geral Força Sindical (FS);
- Representante da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE);
- Fernando De Nielander Ribeiro, Gerente Substituto do Departamento Regional do Centro-Oeste; e
- Representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

CEDES– CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS / Anexo II, Plenário 4, 17h

Audiência Pública – Tema: Alterações legislativas- macroeconomia favorável à reindustrialização brasileira.

Convidados:

- Gabriel Muricca Galípolo, Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (BCB);
- Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (MF);
- Claudio Roberto Amitrano, Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- José Luis Oreiro, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB); e
- Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

SENADO FEDERAL**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal**Quarta-feira (10/07)**, 13h55**PL 1006/2022** - Institui normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais. Item nº 3.

Autor: Pedro Lucas Fernandes

Relator: Pendente

Parecer: Pela aprovação deste com as Emendas nºs 1 e 2, de redação.**PL 1847/2024** - Estabelece um regime de transição para a contribuição substitutiva prevista pelos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e para o adicional sobre a Cofins-Importação previsto pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Item nº 5.

Autor: Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Relator: Pendente

Parecer: Pendente**Terça-feira (09/07)****CTIA - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00**PL 2338/2023** - Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Item nº 1.

Explicação: Estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Autor: Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relator: Eduardo Gomes (PL/TO)

Parecer: Pela aprovação das Emendas nºs 4, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 38, 44, 47, 49, 50, 52, 75, 86, 96, 108 e 125, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 3, 5, 7, 10, 22, 27, 34, 42, 43, 45, 46, 53, 84, 105, 106, 107, 114, 126 e 127; pela rejeição das demais, na forma do substitutivo consolidado; e pela declaração de prejudicialidade dos PLs 21/2020; 5051/2019; 5691/2019; 872/2021; 3592/2023; 210/2024; e 266/2024.**CREDC - SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00**Audiência Pública – Tema:** Destinada a debater os riscos internacionais em segurança cibernética e a importância de uma agência nacional de segurança digital no Brasil

Participantes:

- Belisario Contreras, Diretor Sênior Representante de Venable Advocacia (LLP)
- Santiago Paz, Especialista Setorial em Segurança Cibernética Representante de Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Jordana Siegel, Líder de Cibersegurança e Proteção de Dados para as Américas Representante de Amazon Web Services (AWS);
- Jorge Blanco, Diretor de Segurança da Informação (CISO), Representante de Google
- Rafael Gonçalves, Executivo Representante de Trellix
- Paulo Manzato, Chefe da Área de Setor Público, Representante de Cloudflare
- Ruben Longobuco, Diretor de Segurança, Representante de VIVO (Telefônica Brasil S.A.)
- Clayton Romans, Diretor Associado e Líder do Colaborativo Conjunto de CiberDefesa, Representante de CISA - Agência Americana de Cibersegurança e Infraestrutura

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h00**Audiência Pública - Tema:** Instruir o PLP 80/2023, que "dispõe sobre a emissão de moeda soberana no formato digital".

Convidados:

- Fábio Araújo, Coordenador da Iniciativa Drex no Banco Central do Brasil (BCB);
- Emmanuel Sousa de Abreu, Coordenador-Geral de Regulação do Sistema Financeiro da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF);

- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MJSP);
- Roseline Moraes, Presidente da Comissão Especial de Criptoformas e Blockchains do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- André Silva Jardim, Representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban);
- João Aragão, Especialista Sênior para Tecnologia e Inovação aplicadas a Serviços Financeiros *na Microsoft Corporation*;
- Bernardo Cavalcanti Srur, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Criptoconomia (ABcripto);
- Francisco Carvalho, Fundador e CEO da Blockchain Rio; e
- Representante Chainalysis.

Quarta-feira (10/07)

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 10h00

PL 4400/2021 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. Item nº 1.

Explicação: institui crime apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio e extorsão precedida de apropriação indevida, com determinação de pena.

Autor: Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relator: Weverton (PDT/MA)

Parecer: Pela aprovação deste, com duas emendas que apresenta.

PL 651/2022 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Item nº 2.

Explicação: acrescenta ao Código Penal os crimes de extorsão mediante sequestro digital e estelionato digital.

Autor: Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relator: Portinho (PL/RJ)

Parecer: Pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 745/2022 - Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial. Item nº 3.

Explicação: determina o desenvolvimento e a utilização de aplicações de reconhecimento fácil para agilizar o processo de identificação e localização de pessoas desaparecidas.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Magno Malta (PL/ES)

Parecer: Pela aprovação deste, com uma emenda que apresenta

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

REQ 40/2024 - Requer a realização de Audiência Pública sobre "Educação Midiática" Item nº 8.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)